



## Orçamento 2017 tem R\$ 17,1 bi para reajustes de servidores

Marcos Oliveira/Agência Senado



Servidores do Poder Executivo, como os dos ministérios, deverão receber reposição da inflação de 2016, calculada em 7%

Proposta que começa a ser examinada pelo Congresso garante aumentos aprovados e alguns que ainda não foram votados. Mínimo deve passar para R\$ 945,80

O projeto da Lei Orçamentária Anual que foi entregue pelo governo na quarta-feira reserva R\$ 17,1 bilhões para aumentos salariais do funcionalismo público. Além dos reajustes já aprovados pelo Congresso, há reserva para elevar em 16,38% os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República.

Governadores resistem a esse aumento no Judiciário por causa do efeito cascata, alegando que não há recursos para o novo teto nos

estados. Já o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, minimiza o impacto dos reajustes explicando que nos últimos cinco anos as reposições salariais dos servidores do Executivo, por exemplo, foram de 18%, enquanto a inflação acumulada atingiu 40%.

O salário mínimo deve passar de R\$ 880 para R\$ 945,80 em janeiro — aumento de 7,47%. O governo estima que a inflação fique em 4,8% e que a economia cresça 1,6%. Para o PAC, estão reservados R\$ 35,8 bilhões. **2**

### Alvaro Dias recorre ao Supremo contra direitos políticos de Dilma

Alvaro Dias protocolou ontem um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação da votação de destaque sobre a inabilitação de Dilma Rousseff para cargos públicos. O senador argumenta que o desmembramento da votação é inconstitucional. Para ele, o mandado não deve levar à anulação do impeachment, mas o destaque pode gerar jurisprudência. **3**



Alvaro Dias pediu a anulação da segunda votação sobre o impeachment

Moreira Mariz/Agência Senado



Cristovam Buarque (3º à dir.) suspendeu debate na Comissão de Educação

### Protesto contra novo governo gera suspensão de audiência

O protesto de estudantes e professores contrários ao projeto que cria o Programa Escola sem Partido e ao presidente Michel Temer levou o senador Cristovam Buarque, ontem, a suspender audiência sobre a proposta. Eles tentaram impedir os defensores do

programa de falar e chamaram Cristovam de golpista, por ter votado pelo impeachment de Dilma Rousseff. O senador encerrou a audiência, mas disse que fará novos debates sobre o tema. Ele se manifestou a favor de discutir política e “todos os partidos” nas escolas. **4**

Gerardo Magalhães/Agência Senado

### Para atletas, país terá sucesso na Paralimpíada

O DataSenado fez uma pesquisa inédita com atletas a respeito da Paralimpíada, que ocorrerá neste mês no Rio. De acordo com a maioria dos esportistas parolímpicos ouvidos, o Brasil se sairá melhor na comparação com Londres 2012 tanto na organização do evento quanto na quantidade de medalhas conquistadas. Eles, porém, preveem que o espaço das competições na mídia será insuficiente. **4**

### Registro sanitário será debatido no Rio Grande do Sul

A unificação da legislação sobre medidas sanitárias, padronizando as regras de registro, inspeção e fiscalização de qualidade dos produtos agropecuários em todo o país, será discutida hoje pela Comissão de Agricultura, em Esteio (RS). O debate foi proposto por Ana Amélia, que acredita que a redução da burocracia resultaria na agilização dos processos e na abertura de novos mercados. **2**

### Viana elogia trabalho do Senado no impeachment

Primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana reuniu ontem diretores da Casa para agradecer pelo trabalho de qualidade desempenhado durante a tramitação do processo de impeachment. O senador destacou a atuação das equipes de áreas essenciais para o bom andamento das atividades, como segurança, taquiografia e comunicação social. A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, elogiou a integração entre os setores. **3**



Viana (E), ao lado de Wellington Fagundes e com diretores da Casa, destaca competência do trabalho

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Reajustes de servidores têm R\$ 17,1 bi orçados em 2017

O projeto para o Orçamento do ano que vem, entregue na quarta-feira ao Congresso, prevê aumentos concedidos em projetos aprovados e em discussão, como o reajuste do STF, segundo o Planejamento

A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA para 2017 assegura R\$ 17,1 bilhões para os reajustes salariais dos servidores federais, dando cobertura para os aumentos aprovados recentemente pelo Congresso. Do total, R\$ 15,9 bilhões correspondem aos reajustes para servidores do Executivo e R\$ 1,2 bilhão está destinado aos demais Poderes.

Entregue na quarta-feira pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ao vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), no exercício da Presidência, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) começa a ser examinado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), com relatoria geral de Eduardo Braga (PMDB-AM).

No projeto, há previsão de recursos inclusive para aumentos que ainda dependem de aprovação no Senado. São os Projetos de Lei da Câmara (PLCs) 27 e 28/2015, que elevam os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República. Com o reajuste de 16,38% nos vencimentos, o procurador-geral e os ministros do STF devem passar a ganhar R\$ 39,2 mil a partir de janeiro próximo.

Os dois projetos estavam na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a votação já havia sido adiada depois de questionamentos sobre a conveniência da aprovação do aumento do Supremo, que serve como teto para o funcionalismo público em todo o país, em momento de crise. Há inclusive resistência dos governadores, que alegam falta de recursos para arcar com esse novo teto para o Judiciário estadual. A aprovação de requerimento de urgência acabou levando as propostas para serem discutidas diretamente no Plenário.

Apenas o aumento de R\$ 15,9 bilhões para os funcio-



Jonas Pereira/Agência Senado

Supremo: aumento para os ministros será analisado diretamente pelo Plenário

nários do Executivo equivale a 7% da folha total de pagamento da União (pessoal ativo e inativo), de R\$ 284 bilhões.

Ao apresentar a proposta orçamentária, o ministro do Planejamento minimizou o impacto dos reajustes. Segundo ele, os servidores do Executivo receberam aumentos de 18% nos últimos cinco anos, frente a uma inflação acumulada de 40%. Em 2017, acrescentou, vão receber apenas a reposição da inflação.

## Deficit fiscal

O projeto da LOA incorpora deficit fiscal de R\$ 139 bilhões para o governo federal, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017. Esse desequilíbrio resulta de receitas primárias orçadas em R\$ 1,177 trilhão e despesas primárias, excluindo os juros da dívida, de R\$ 1,316 trilhão.

Para estimar o deficit, a área econômica do governo incluiu o limite para gastos públicos em discussão no Congresso (PEC 241/2016), que condiciona o crescimento das despesas ao valor do ano anterior corrigido pela inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimado em 7,2% este ano.

O governo continua com capacidade reduzida de investimento. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reúne os projetos

estratégicos, prevê R\$ 35,8 bilhões para o ano que vem.

## Salário mínimo

O governo trabalha com cenário de recuperação da economia, prevendo crescimento de 1,6% em 2017 e queda na inflação, prevista para 4,8%.

O salário mínimo, hoje de R\$ 880, deve passar para R\$ 945,80 em janeiro (reajuste de 7,47%). Ele serve de base de cálculo para grandes despesas como aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, que sobem de R\$ 507,8 bilhões para R\$ 562,4 bilhões (42,7% do total de gastos primários), e programas sociais como o Bolsa Família, com R\$ 29,7 bilhões.

Na saúde serão aplicados R\$ 94,9 bilhões e na educação, R\$ 33,7 bilhões, excluindo despesas com pessoal. Os gastos com o funcionalismo federal estão estimados em R\$ 169,8 bilhões (12,9% do total das despesas primárias) e os com aposentados e pensionistas da União, em R\$ 114,2 bilhões (8,7%). As despesas obrigatórias, como transferências a estados e municípios e vinculadas a áreas específicas, como saúde e educação, devem chegar a R\$ 1,067 trilhão, contra R\$ 988,3 bilhões em 2016. Cortes só podem ocorrer nas despesas discricionárias, com estimativa de R\$ 249,4 bilhões em 2017, contra R\$ 252,2 bilhões em 2016.

# Comissão de Agricultura faz debate hoje no RS sobre legislação sanitária

A elaboração de uma legislação que unifique para todo o país as regras de certificação sanitária será discutida hoje pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na Expointer 2016, em Esteio (RS), na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O debate, proposto pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), visa atender demanda da agroindústria, principalmente de base familiar, que reclama da burocracia pela diversidade de regras para registro, inspeção e fiscalização de produtos.

A unificação de medidas sanitárias, padronizando objetivos de inspeção, fiscalização e qualidade dos produtos, resultaria na agilização dos processos e na abertura

de novos mercados, diz Ana Amélia. A senadora lembra a relevância da discussão na Expointer, considerada "a maior feira do agronegócio a céu aberto da América Latina".

O debate, às 14h, é promovido em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Participam das discussões representantes do Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, da Confederação Nacional de Municípios e do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, entre outros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

# Ciro comemora melhorias na saúde comandadas por novo ministro

Ciro Nogueira (PP-PI) destacou os avanços obtidos sob a gestão de Ricardo Barros no Ministério da Saúde, que, em pouco mais de três meses,



de remédios e insumos estratégicos, o ministério economizou R\$ 384 milhões nos primeiros 100 dias de gestão.

— Com a revisão de contratos, cargos, projetos, compra

O senador ressaltou que o número de tratamentos de hepatite C saltou de 24 mil para 35 mil.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa Diretora.

### CRA Legislação sanitária

14h A comissão faz audiência pública em Esteio (RS) sobre a implantação de uma legislação sanitária brasileira unificada.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portella

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Coordenação de Edição:** Silvio Burle

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para o senador, votação em separado é inconstitucional e pode abrir um precedente perigoso. Ele também sustenta que o Plenário deveria ter deliberado sobre o desmembramento, o que não ocorreu

## Alvaro Dias vai ao STF contra manutenção dos direitos de Dilma

ONTEM, UM DIA após a decisão do Senado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o senador Alvaro Dias (PV-PR) protocolou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da votação em separado sobre a inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos. O argumento é de que o desmembramento seria inconstitucional.

— O mandado de segurança pretende extinguir os efeitos da segunda votação de ontem [quarta-feira] e eliminar esse precedente perigoso do mundo jurídico — argumentou.

Para o senador, o destaque feito por petistas e aliados é inconstitucional. Alvaro ressaltou que o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, declarou o Senado soberano para decidir sobre o tema. Porém, não houve deliberação do Plenário sobre a questão.

— Essa deliberação ia ser por maioria simples. Portanto, o destaque seria derrubado e nós não teríamos a segunda votação. Seriam aplicados integralmente os dispositivos constitucionais que determinam perda do mandato e dos direitos políticos por oito anos — argumentou Alvaro.

No entendimento do senador, o mandado de segurança não poderia causar a anulação do afastamento de Dilma Rousseff. Entretanto, ele reiterou a possibilidade de a decisão do Senado sobre o destaque gerar jurisprudência.

— Essa decisão pode, sim, ser utilizada pelo deputado Eduardo Cunha. A aplicação no caso dele é possível, haverá certamente o pedido de separação das coisas também na Câmara dos Deputados, o fatiamento para a decisão sobre a cassação do mandato do parlamentar — defendeu.



Alvaro pede anulação da votação que poupou a ex-presidente Dilma Rousseff da inabilitação para exercer cargo público

## Ronaldo Caiado afirma que DEM não vai apelar de decisão

O DEM poderia ser outro partido a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a votação em separado do Senado a respeito da inabilitação de Dilma Rousseff para exercer cargos públicos. Mas o líder da legenda, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que não vai recorrer do resultado, por entender que o Senado é a última instância do processo de impeachment. Mesmo assim, ele observou que o assunto não está encerrado politicamente e que vai cobrar do governo e da base aliada esclarecimentos a respeito da decisão de apoiar a medida — 12 dos 19 senadores do PMDB, partido do presidente da Casa, Renan Calheiros, decidiram

não retirar os direitos políticos da agora ex-presidente da República.

— Qual é a mensagem que foi dada? O grande acordo que foi feito entre o PMDB e o PT. Nós precisamos saber quais os desdobramentos. O PMDB, por intermédio das suas lideranças, deverá explicar o que de verdade ocorreu, aonde eles querem chegar.

Caiado classificou a decisão do Senado como um “precedente grave” que pode beneficiar políticos cassados no futuro. Para ele, os senadores não poderiam ter separado a condenação da inabilitação para ocupar cargos públicos, o que, na sua análise, é disposto claramente na Constituição.

— Aquela manobra indiscutivelmente feriu a Constituição. Foi invencionice. O acordo não beneficiou apenas a presidente Dilma, mas criou uma nova legislação em que o cidadão cassado pode ser nomeado em qualquer secretaria de governo, ministério, e como tal ele se mantém dentro do foro privilegiado, fora das barras da primeira instância.

O senador anunciou que não integrará a base de apoio do governo e que manterá uma postura de “apoio crítico”.

— Minha posição será sempre de independência crítica. É fundamental que o governo não desvie da rota e não perca a pauta que foi formulada pelos movimentos de rua.

## Viana destaca excelência do trabalho do Senado no impeachment

Jorge Viana (PT-AC) reuniu ontem chefes de serviço e diretores do Senado para agradecer pela dedicação de servidores e pela excelência do trabalho durante a tramitação do impeachment na Casa.

Primeiro vice-presidente do Senado, Viana responde interinamente pela Presidência da Casa e do Congresso, durante viagem de Renan Calheiros à China, para acompanhar o presidente Michel Temer.

O processo de impeachment tramitou por quatro meses e meio no Senado. A sessão final de julgamento durou seis dias, sendo interrompida apenas para refeições e descansos noturnos, avançando com frequência pela madrugada.

— O Senado fez a mais longa sessão de sua história, tratou do tema mais delicado previsto na Constituição federal, que é o afastamento de quem está na Presidência da República, e conseguiu fazer isso com muita competência. E isso devemos a todos os servidores e servidoras, àqueles responsáveis pela limpeza, aos que nos servem e, especialmente, aos que coordenam as equipes.

Viana ressaltou o trabalho da segurança do Senado. O diretor do órgão responsável,



Vice-presidente do Senado, Viana (E), ao lado de Wellington Fagundes, recebe diretores para agradecer pelo serviço

Pedro Carvalho, explicou a complexidade do serviço de policiamento para garantir a segurança de senadores, testemunhas e autoridades.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou a integração e a parceria entre os diversos setores da Casa.

— O trabalho de apoio às sessões do impeachment logrou bons resultados porque foi um trabalho de equipe integrado, no qual todos os setores atuaram de forma coordenada.

A taquigrafia foi outro destaque. A diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamen-

tar, Quésia Cunha, frisou que os servidores disponibilizaram notas taquigráficas de todas as reuniões da Comissão do Impeachment e da sessão de julgamento, em tempo real.

Também mereceu elogios a integração feita pela Comunicação e pelo Portal Multimídia. Edna Carvalho, diretora-adjunta da Secretaria de Comunicação, explicou que o portal disponibilizou, em tempo real, áudio, vídeo, textos e notas taquigráficas por trecho da sessão.

— A cobertura foi completa, impecável. Nossa equipe se dedicou de corpo e alma para

garantir toda a transparência ao processo de impeachment.

Viana ressaltou o atendimento à imprensa. Estavam credenciados 1.450 profissionais, entre jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas e técnicos, sendo 70 deles estrangeiros, de 13 nacionalidades.

O senador enalteceu o trabalho dos setores responsáveis pelos serviços de apoio e de secretariado, serviços de infraestrutura e o serviço de apoio às sessões do Plenário, coordenado pelo secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

## Dário Berger: agora é hora de pensar nos brasileiros

O Congresso e o Executivo devem fixar uma agenda mínima, direcionada ao crescimento e ao desenvolvimento, deixando de lado as divergências partidárias, disse Dário Berger (PMDB-SC).

Sobre o impeachment, o senador afirmou que não havia outra alternativa senão afastar Dilma Rousseff da Presidência, “pois ela não tinha mais condições de governabilidade”.

— Agora é hora de se pensar no Brasil e nos brasileiros. Precisamos buscar uma administração eficiente, de resultados, com metas e objetivos definidos, sempre de acordo com os interesses da população brasileira. Uma administração moderna, que possa eliminar o corporativismo, o clientelismo e que possa se transformar numa gestão eficiente.

Também em discurso ontem, Dário anunciou que apresentou um projeto de lei que visa atualizar e aperfeiçoar o marco legal para a defesa agropecuária.

# Protesto suspende debate sobre política na escola

Estudantes e professores tumultuaram audiência ao chamar Cristovam de golpista, por ter votado pelo impeachment. “Sou contra reunião dirigida por golpista”, disse senador

O EMBATE ENTRE os defensores e os críticos do projeto de lei que cria o Programa Escola sem Partido levou o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) a suspender a audiência pública que tratava ontem da proposta.

Professores e estudantes tumultuaram a sessão ao tentar impedir os defensores do Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016 de falar. Eles chamaram Cristovam de golpista, por ter votado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O grupo acabou fazendo nos corredores do Senado um protesto contra o presidente Michel Temer, que foi confirmado no cargo anteontem, após o impedimento de Dilma ser aprovado no Senado.

— O professor que estava com a palavra foi impossibilitado de falar. Fiquei nove anos fora do Brasil por não querer viver num país que tinha golpista. Não é fácil ficar no exílio. Se aqueles meninos [estudantes] acham que aqui tem golpista, eu respeitosa-mente suspendo a reunião, pois sou contra uma reunião dirigida por um golpista, mesmo que seja eu — disse Cristovam.

O projeto de lei, que foi apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES), tem como objetivo “prevenir o abuso na liberdade de ensinar do professor em prejuízo da liberdade de crença e consciência do aluno”, como explicou o idealizador da proposta, professor Miguel Nagib, presidente da ONG Escola sem Partido.

Sindicalistas e professores, por outro lado, consideram que o projeto cria uma mordada e representa um ataque à liberdade de ensino.

## Desrespeito

Os estudantes se disseram decepcionados com o encerramento repentino dos debates.

— Viemos para defender nossos direitos, debater. A atitude do senador de se retirar não foi correta. Foi um desrespeito com os estudantes que faltaram aula para debater e defender seus direitos. Vamos estar aqui de novo, mobilizados, para mostrar por que somos contra essa lei da mordada —



Em debate sobre o Programa Escola sem Partido, estudantes e professores criticam Cristovam (C) por ter votado a favor do impeachment de Dilma

afirmou Thays Oliveira, presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal.

## Ideologia

Na audiência pública, Nagib sustentou que a proposta apenas sistematiza o que já preveem a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos para proteger o estudante de “posturas ideológicas” de professores, sejam morais, políticas ou religiosas, reconhecendo a vulnerabilidade do aluno.

— O professor não pode se aproveitar da fragilidade do estudante para tentar transformá-lo numa réplica ideológica de si mesmo. Ele não tem liberdade para isso, e não é ético que o faça — argumentou.

O presidente da ONG Escola sem Partido ressaltou a diferença que existe entre “liberdade de expressão”, quando uma pessoa pode dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto, e “liberdade de aprender e ensinar”. Ele acredita que, se o professor desfrutasse da liberdade de expressão em sala de aula, poderia ficar desobrigado a ensinar a própria disciplina.

— Nesse caso, o projeto seria incons-

titucional e simplesmente não haveria mais ensino — disse.

Nagib acrescentou ainda que, pela Constituição, o professor tem liberdade de ensinar, mas que a liberdade de expressão vale fora da sala de aula, nas manifestações que o docente faz como cidadão.

O professor Toni Reis, representante do Fórum Nacional de Educação (FNE), manifestou-se contra o projeto por considerá-lo uma tentativa de “censura e mordada” aos professores.

Segundo ele, o projeto não segue as bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos nem a Constituição.

Baseado em dados de pesquisas, Reis afirmou que a sociedade brasileira é machista, racista e homofóbica e que os professores têm o direito de manifestar sua opinião sobre esses problemas sociais.

— Esse projeto, com palavras bonitas, tem por trás a censura — disse.

## Censura

O professor disse que a maioria das 50 instituições que compõem o FNE já se manifestou contra o PLS 193/2016. Para Reis, o projeto proíbe a liberdade didático-pedagógica, impede a formação cidadã, incentiva a censura, inibe

o desenvolvimento do conhecimento científico e transforma o professor num mero instrutor.

— O professor precisa, sim, ter opinião, falar e inclusive abrir espaço para que os estudantes exponham suas opiniões e debatam. A escola é o local para debater, não é simplesmente para continuar com os problemas que há na sociedade.

## Todos os partidos

Cristovam também se manifestou contra a proposta que cria o Programa Escola sem Partido, mas elogiou o debate que ele suscitou:

— Não tenho simpatia por uma lei que fala em escola sem partido, porque ela de fato tem uma característica de mordada. Eu quero uma escola com todos os partidos.

O senador disse não confiar muito no direito exclusivo do pai melhor preparar “um filho para o mundo”, mas ressaltou que também é preciso debater até que ponto a escola pode, para preparar esse estudante melhor, negar a influência paterna.

— Eu não gosto do projeto que temos aqui, mas ele tem um papel. O Brasil precisa debater essa ideia — afirmou Cristovam.

# Atletas creem em bom resultado paralímpico, aponta DataSenado

Os atletas brasileiros estão otimistas em relação aos resultados da Paralimpíada do Rio de Janeiro, entre os próximos dias 7 e 18. De acordo com uma pesquisa do DataSenado, 95% dos esportistas entrevistados dizem acreditar que o evento vai incentivar a prática de esportes das pessoas com deficiência e 62% afirmam confiar que o Brasil estará entres os três países com mais medalhas.

Primeira do gênero no país, a pesquisa ouviu por telefone 888 pessoas (92% atletas em atividade e 18% ex-atletas) de todos os estados entre os dias 14 e 20 de julho e contou com a parceria do gabinete do senador Romário (PSB-RJ)

e a colaboração do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Dos esportistas em atividade ouvidos, 89 disseram que vão participar da Paralimpíada no Rio.

## Acessibilidade

Os atletas que participarão do evento avaliaram que no Rio, além da melhor posição no quadro geral de medalhas, a organização será melhor do que da última Paralimpíada, realizada em Londres, particularmente na atuação da equipe de apoio, na acessibilidade nos alojamentos, no transporte dos atletas e na acessibilidade nos locais de competição.

Pouco espaço na mídia, falta



Esportistas paralímpicos participam do revezamento da tocha em Brasília

de investimentos, dificuldade de patrocínio e número insuficiente de técnicos e de ginásios devidamente apropriados foram as principais

dificuldades apontadas pelos atletas.

O setor público apareceu como o maior investidor dos esportistas paralímpicos.

Conhecida por 95% dos pesquisados, o Bolsa Atleta foi indicado como a principal fonte de recursos para o setor, financiando 41% dos atletas em atividade ouvidos pelo DataSenado. A Lei de Incentivo ao Esporte apareceu na segunda posição, com 20% de beneficiários.

Os atletas paralímpicos brasileiros majoritariamente são homens (72%), estão na faixa etária dos 20 aos 39 anos (60%), completaram o ensino médio (53%) e têm renda de até dois salários mínimos (59%). Entre os que ainda treinam, 67% vivem exclusivamente do esporte e 49% não praticavam esportes antes da deficiência.